



GEDES
Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 14/2023
Período: 29/04/2023 - 05/05/2023
GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- 8 de janeiro e a Abin I: ministro-chefe do GSI teria recebido informações antes dos ataques
- 2- 8 de janeiro e a Abin II: novo diretor da Abin é aprovado pelo Senado Federal
- 3- Conflitos entre garimpeiros e comunidade indígena em Roraima
- 4- Editorial avalia a relação entre as Forças Armadas e o bolsonarismo
- 5- Artigo de opinião sobre heranças históricas brasileiras cita ameaça militar à democracia
- 6- Ministro interino do GSI defendeu projeto de lei sobre segurança cibernética
- 7- Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid foi preso por esquema de adulteração de cartão de vacina
- 8- Colunistas opinam sobre operação da Polícia Federal que prendeu ex-ajudante de ordens de Bolsonaro
- 9- Novo ministro do GSI tomou posse e prometeu equilíbrio entre civis e militares na pasta

1- 8 de janeiro e a Abin I: ministro-chefe do GSI teria recebido informações antes dos ataques

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* afirmou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) enviou ao Congresso Nacional documentos que provam que entre os dias 02/01 e 08/01/2023 a agência informou aos principais órgãos de inteligência do país e do Distrito Federal que havia a possibilidade de ocorrer ações violentas contra o governo. Tais documentos mostram que o Ministério da Justiça, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal receberam informes sobre a situação. Ademais, a *Folha* destacou que, segundo o órgão de inteligência, o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marco Edson Gonçalves Dias, recebeu diversos avisos sobre as ameaças em seu *WhatsApp* e não repassou nenhum para o Sistema Brasileiro de Inteligência. A *Folha* também apontou que os documentos da Abin contradizem o depoimento de Dias e o posicionamento de outros membros do governo. O jornal lembrou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, utilizou o termo “apagão da inteligência” para dizer que os órgãos de inteligência não avisaram sobre a possibilidade de ataques aos três poderes. A *Folha* também pontou que o formato de envio das informações da Inteligência Brasileira por meio do *WhatsApp* foi uma ação

conformada no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), com a justificativa de tornar esse processo mais rápido. Ademais, conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, outros órgãos que também receberam o relatório foram: “Centro de Inteligência do Exército, o Centro de Inteligência da Marinha, a Assessoria de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa, a Diretoria de Inteligência do MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), o Ministério da Infraestrutura e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)”. Neste mesmo cenário, conforme o jornal *Folha de S. Paulo*, Ricardo Cappelli, que assumiu o posto de ministro-chefe interino no do GSI depois da solicitação de demissão de Dias, fez críticas sobre a forma de destinar informes da inteligência através “de redes sociais e aplicativos de mensagem”. Para Cappelli, não é correto o uso de aplicativos de mensagens “de uma empresa privada de uma nação estrangeira” para compartilhar informações confidenciais da área de inteligência de uma nação, e que este debate trata sobre “soberania nacional”. Para essa situação da inteligência, Cappelli pretende sugerir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ideia de formação de “uma autoridade máxima de inteligência no governo federal”. A finalidade desta autoridade seria a consolidação de uma unidade central da inteligência do país, de forma a organizar a estrutura vigente integrada por departamentos de inteligência em diferentes órgãos e ministérios, que apesar de possuírem uma relação com o Sisbin, “não respondem a uma única central, mas sim ao órgão de origem”, sendo necessária a criação de uma “unidade de comando” da Inteligência do Brasil. (*Correio Braziliense* - Política - 29/04/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 29/04/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 01/05/23; *Folha de S. Paulo* - Política - 02/04/23)

2- 8 de janeiro e a Abin II: novo diretor da Abin é aprovado pelo Senado Federal

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal aprovou por unanimidade a nomeação do novo diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o delegado federal Luiz Fernando Corrêa. Corrêa já tinha sido escolhido pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, mas a sabatina no Senado havia sido adiada por conta de polêmicas envolvendo dois nomes que compõem a diretoria junto com Luiz Fernando Corrêa: o delegado Alessandro Moretti, o ex-diretor de Inteligência da Polícia Federal e do Ministério da Justiça e Segurança Pública até janeiro, o mês que ocorreram os ataques às sedes dos Três Poderes, no dia 8; e Paulo Maurício Fortunato Pinto, ex-diretor do Departamento de Contraineligência da Abin até 2008 e, agora, secretário de Planejamento e Gestão da agência. Ambos são acusados de apoiarem o ex-presidente Jair Bolsonaro e de terem íntimas ligações com o sistema de segurança e inteligência do governo anterior, gerando mais desconfiças sobre a nova gestão da Abin. A Abin, após a tentativa de golpe de 8 de janeiro, foi acusada de conivência com os atos de 8 de janeiro. Por conta dessas acusações, o órgão foi transferido do Gabinete de Segurança Institucional para a Casa Civil. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), presidente da Comissão, salientou que indagações sobre o 8 de janeiro não foram devidamente esclarecidas. Ainda segundo o

periódico, Corrêa reconheceu que a desconfiança permanece e, por causa disso, procurou demonstrar seu empenho e quais ações planeja pôr em prática frente à agência como a “prevenção ao extremismo violento ideologicamente motivado”, para identificar e monitorar grupos que atentem contra o Estado Democrático de Direito. Também mencionou ações nas áreas de segurança cibernética, impactos sobre mudanças climáticas, segurança alimentar e exportações. Nas palavras do diretor, “a Abin deverá ser capaz de reunir, analisar e conectar informações de uma ampla variedade de fatores que em seu conjunto impactam cenários interligados de modo complexo, como produção de soja, criação de gado, exportação de carne, desmatamento da Amazônia Legal, garimpo ilegal, trabalho escravo, chuvas, enchentes, capacidade de geração, capacidade de geração elétrica nas suas variadas matrizes”. (Correio Braziliense - Política - 05/05/23; Folha de S. Paulo - Política - 05/05/23)

3- Conflitos entre garimpeiros e comunidade indígena em Roraima

Em reportagem, o periódico *Correio Braziliense* noticiou que o coronel Fernando Alencar, diretor da Força Nacional, acompanhado pelo secretário nacional de Segurança Pública e pelo diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal (PF), investigam ataques contra a comunidade indígena Uxiu, no estado de Roraima. O jornal informou que, segundo o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye'kuana, no dia 29/04/2023, garimpeiros atiraram contra indígenas do povo Yanomami. Os indígenas Otoniel e Venâncio Xirixana ficaram feridos e o agente indígena de saúde, Ilson Xirixana, embora tenha sido socorrido de helicóptero e levado ao Centro de Referência de Surucucu, não resistiu. A respeito do assunto, o *Correio* acrescentou que a Força Aérea Brasileira (FAB), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e a PF já enviaram equipes para apurar os acontecimentos e impedir que ocorram novas agressões. Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, um dia antes, quatro homens foram mortos em confronto com a Polícia Rodoviária Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em uma ação contra o garimpo ilegal. Os tiroteios ocorreram após três meses da operação que já resultou na destruição de 327 acampamentos de garimpeiros. Segundo a *Folha*, a ação de combate ao garimpo ilegal vem apresentando limitações. Segundo a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, “ainda faltam muitas ações coordenadas até a retirada de todos os invasores do território”. (Correio Braziliense - Brasil - 01/05/23; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 02/02/23; Correio Braziliense – Política – 02/05/23)

4- Editorial avalia a relação entre as Forças Armadas e o bolsonarismo

Em editorial, o periódico *O Estado de S. Paulo* elogiou o respeito pela normalidade democrática por parte do comando das Forças Armadas, mesmo no cenário em que ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, tentou envolver os militares em “seus planos liberticidas”. De acordo com o jornal, grandes esforços estão sendo mobilizados para que a figura militar não seja mais associada ao bolsonarismo, sendo o comandante do Exército, general Tomás Ribeiro Paiva, exemplar nessa direção ao afirmar que são “estapafúrdias” as

tentativas de atribuir às Forças Armadas o poder de arbitrar crises entre os poderes da República. O editorial ressaltou a declaração do comandante do Exército segundo o qual o artigo 142 da Constituição está bem escrito, com clareza sobre o papel das Forças Armadas e quem deve fazer a interpretação correta do artigo é o Supremo Tribunal Federal. Além disso, destacou a fala do general: “Se um militar quer ser político, que mude de profissão”. (O Estado de S. Paulo - Política - 02/05/23)

5- Artigo de opinião sobre heranças históricas brasileiras cita ameaça militar à democracia

Em artigo de opinião publicado no periódico *Correio Braziliense*, o professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) e ex-ministro da Educação (2003-2004), Cristovam Buarque, analisou a herança social e as consequências da colonização para o Brasil. Entre os aspectos citados estão o racismo, a pobreza, a aceitação da desigualdade, a ameaça militar à democracia e o egoísmo da classe política. O professor refletiu sobre um país tão grande e populoso como o Brasil não ter se tornado uma “imensa nação”. Buarque afirmou que acreditar que a desigualdade e a falta de qualidade no âmbito educacional são as maiores falhas país, já que acabam causando os demais problemas. (Correio Braziliense - Opinião - 02/05/23)

6- Ministro interino do GSI defendeu projeto de lei sobre segurança cibernética

De acordo com reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, após o Google divulgar a mensagem de que o Projeto de Lei (PL) das *Fake News* pode “piorar” a internet, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgãos ligados ao Ministério da Justiça, abriram um procedimento para investigar a conduta. Além disso, o Cade também investiga a Meta, conglomerado estadunidense de tecnologia e mídia social que controla o Facebook, o Instagram e o WhatsApp, por abuso de poder, após divulgarem *Fake News* sobre o referido PL. Ricardo Cappelli, ministro interino do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), afirmou que os principais países do mundo já criaram leis sobre segurança cibernética e que o PL aborda a proteção à vida e a defesa da democracia e da soberania nacional, se tornando um tema de “segurança nacional” após os ataques nas escolas e o 8 de janeiro. (O Estado de S. Paulo – Política – 03/05/23)

7- Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid foi preso por esquema de adulteração de cartão de vacina

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Polícia Federal (PF) cumpriu as decisões do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, de busca e apreensão na casa do ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022). Como consequência disso, o tenente coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e mais cinco pessoas foram presas. Segundo a PF, suspeita-se que os mesmos forjaram dados falsos sobre vacinação desde novembro de 2021. A Operação, denominada Venire, investiga um esquema de inserção de dados de vacinação falsos no sistema do Ministério da Saúde.

Segundo a PF, isso ocorreu às vésperas da viagem do ex-presidente aos Estados Unidos, não sendo o único com suspeitas de ter um comprovante falsificado. Sua filha, Laura, e sua esposa, Michele, também teriam tido essas informações adulteradas em suas respectivas carteiras de vacinação. Bolsonaro, no entanto, alega que: “nunca me foi pedido cartão de vacina, não existe adulteração da minha parte”. No que tange às Forças Armadas, o tenente-coronel Cid, que também é alvo da operação, foi identificado pela Procuradoria Geral da União (PGR) como o responsável por tal crime. O mesmo é investigado no inquérito das milícias digitais e foi preso em Brasília. De acordo com a investigação, o comprovante de Bolsonaro foi emitido por um computador que se encontra no Palácio do Planalto, e no dia 30/12/2022, por meio do celular de Cid, um novo acesso foi feito. Tal fato pressupõe para a PF que o Mauro Cid controlava a conta do ConectSUS do ex-presidente da República. Segundo o periódico *Correio Braziliense*, a Polícia Federal (PF) e a Controladoria Geral da União (CGU) estão apurando um terceiro caso de falsificação no certificado de vacinação contra covid-19 no nome do ex-presidente da República. O relatório do caso aponta que Bolsonaro tomou uma dose da vacina Janssen em 19/07/2021, em uma unidade de saúde do bairro de Peruche, em São Paulo, e o posto nega que isso tenha acontecido. Segundo o jornal, a PF sustenta que o ex-presidente Bolsonaro sabia da fraude em seu cartão de vacinação. A investigação aponta que o documento de vacinação de Bolsonaro foi adulterado às vésperas do seu autoexílio nos EUA. Ao todo, 17 pessoas foram alvo de busca e apreensão, sendo que seis pessoas foram presas temporariamente. Na Operação Venire, Bolsonaro teve seu celular apreendido, mas se negou a fornecer as senhas, sendo seu conteúdo possivelmente acessado por “força bruta”, ou seja, quando softwares específicos quebram as senhas. (*Correio Braziliense* - Política - 04/05/23; *Correio Braziliense* – Política – 05/05/23; *O Estado de S. Paulo* - Política - 04/05/23)

8- Colunistas opinam sobre operação da Polícia Federal que prendeu ex-ajudante de ordens de Bolsonaro

Colunas publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *Correio Braziliense* manifestaram opiniões acerca da Operação Venire, da Polícia Federal, que incide sobre o esquema de adulteração de carteiras de vacinação, já apelidada de vacinagate. Em coluna opinativa, Roberto Fonseca, subeditor do *Correio Braziliense*, alertou para os perigos da polarização, afirmando que a referida operação nada tem a ver com a Operação Lava Jato, que recaiu sobre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Para os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, a referida operação seria fruto de perseguição. Segundo Fonseca, existem provas contundentes contra o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, sendo difícil acreditar que ele tenha agido por conta própria para fraudar documentos de Bolsonaro e de sua filha Laura. O colunista indagou: “o que ele ganharia com isso?”. Já em coluna da *Folha de S. Paulo*, advogados criminalistas assinaram um artigo no qual relembrou as imbricações entre a justiça criminal e a política, afirmando que os abusos da Operação Lava Jato foram devidamente corrigidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os colunistas indagaram: “Não seria um exagero prender agora por fatos passados? A devassa na residência de um ex-chefe de

Estado seria necessária para apuração de sua participação?” Os colunistas afirmam que a anulação da Operação Lava Jato foi um “avanço civilizatório”, no sentido do respeito a um modelo de Justiça na qual medidas cautelares, de buscas e apreensões e prisão devam ser excepcionais. Encerraram a coluna afirmando que é necessário não arriscar entrar em um “ciclo de vingança, em prejuízo da frágil e vilipendiada democracia brasileira”. (Correio Braziliense - Opinião - 05/05/23; Folha de S. Paulo - Opinião - 05/05/23)

9- Novo ministro do GSI tomou posse e prometeu equilíbrio entre civis e militares na pasta

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o novo ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Marcos Antônio Amaro, tomou posse do seu cargo no dia 04/05/2023 e afirmou que uma de suas missões no GSI será buscar o “equilíbrio na ocupação de cargos entre civis e militares, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).” Amaro declarou que alguns cargos no GSI são específicos dos militares, como a Secretaria de Coordenação e Segurança Presidencial, citada particularmente por ele. O general ainda citou duas secretarias como possivelmente acessíveis aos civis, como as que tratam do programa nuclear e do sistema do espaço aéreo brasileiro, nas quais os civis atuam “sem prejuízo” ao gabinete. Ainda segundo o periódico, o novo chefe do GSI afirmou que Lula pediu pelo aumento na quantidade de civis que atuam no órgão, que foi esvaziado e perdeu a responsabilidade pela guarda do presidente da República, e também nos que atuam na Agência Brasileira de Inteligência (Abin). (Folha de S. Paulo - Política - 05/05/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasio Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giovani Nunes Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza

Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Manuela de Jesus Brasil

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno

Vinícius Menezes Aguiar